**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR LUIZ ROBERTO HERBST, DD. CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**#NOME\_AUDITOR#**, #DADOS\_DO\_AUDITOR#, vêm, respeitosamente, perante V.Exa., com fundamento nos artigos 5º, letra “*a” do inciso* XXXIV; 37, *caput*; art. 74, § 2º, da Constituição Federal; e art. 65 da Lei Complementar Estadual nº 202, de 15 de dezembro de 2000, apresentar

# DENÚNCIA

em face da Câmara Municipal de #CIDADE\_AUDITADA#, devido a indícios de possível descumprimento das Leis de Transparência Pública (Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009) e Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Os signatários, integrantes do núcleo do **Movimento Cidadão Fiscal – Indo Além de Contribuinte e Eleitor – de #CIDADE\_AUDITOR#**, acessou o Portal de Transparência do Poder Legislativo de #CIDADE\_AUDITADA# e identificou indícios de descumprimento das Leis de Transparência Pública (Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009) e Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), a saber:

|  |
| --- |
|  |

**Ante ao exposto, requer:**

1. **recepção e admissão da presente denúncia, e realização de auditoria,** com base no art. 65, no § 2~~º~~, da Lei Orgânica da Lei Complementar Estadual nº 202/2000, a fim de aprofundar as investigações quanto aos indícios de irregularidades e ilegalidades supramencionados, em decorrência de possível descumprimento das Leis de Transparência Pública (Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009) e Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011);
2. **seja comunicado o fato ao Ministério Público Estadual,** nos termos do art. 65, no § 5~~º~~, Lei Orgânica do TCE/SC, se confirmadas as ilegalidades apontadas, a fim de instaurar inquérito civil para apurar possível prática de atos de improbidade administrativa previstos na Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e
3. notificação de todas as decisões relativas ao presente pedido aos Representantes, nos endereços que constam da qualificação, conforme previsão do art. 5º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Cidade de #CIDADE\_AUDITOR#, #DATA\_EXTENSO#.

|  |  |
| --- | --- |
| **#NOME\_AUDITOR#**  CPF nº #CPF\_AUDITOR# |  |